



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681891 - SP (2021/0229299-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : WLADEMIR LOPES DIAS JUNIOR
ADVOGADO : WLADEMIR LOPES DIAS JUNIOR - SP393494
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GERMANO LUIZ DA PAIXAO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GERMANO LUIZ DA PAIXAO JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2134123-66.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 157, *caput*, do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado, mormente porque os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Argumenta que, caso o paciente seja condenado, fará jus à fixação de regime inicial diverso do fechado, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Alega que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, a revogação do decreto prisional e que lhe seja deferida a liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o decreto construtivo seja cassado, revogando-se a custódia antecipada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 18/27):

[...]

A prisão preventiva, medida restritiva do status libertatis destinada a salvaguardar o bem-estar social, tem cabimento na presença de prova da materialidade e indícios de autoria e, ante sua excepcionalidade, deve ser informada pela necessidade que justifica o decreto cautelar.

O fundamento de toda e qualquer prisão cautelar, durante o curso do processo penal, lastreia-se, ainda, nos pressupostos autorizadores da preventiva, cujo fim é também a assegurar o resultado profícuo do processo de conhecimento de caráter condenatório.

A possibilidade de sua decretação não afronta o princípio constitucional da presunção de inocência, como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal:

A utilização da prisão cautelar, sempre possível, atua como importante instrumento de defesa social, revelando-se apta a neutralizar práticas criminosas que se registrem no seio da coletividade (...). É que a prisão cautelar (carcer ad custodiam) não se confunde com a prisão penal (carcer ad poenam), que exige, esta sim, considerado o disposto na declaração constitucional de direitos inscrita em nossa Carta Política (art. 5º, inc. LVII), o efetivo trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Cumpre assinalar, por isso mesmo, que a presunção de inocência não impede a imposição de prisão cautelar, uma vez que esse instituto não veicula qualquer ideia de sanção nem supõe a formulação de qualquer juízo de culpabilidade (HC 67.707/RS, Rel. Min. CELSODE MELLO HC 67.841/SC, Rel. Min. ALDIRPASSARINHO HC 89.754/BA, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v. g.) E a razão é simples: ao contrário do que se tem erroneamente divulgado, a prisão cautelar não objetiva infligir punição à pessoa que a sofre, pois constitui instrumento destinado a atuar “em benefício da atividade desenvolvida no processo penal” (BASILEU GARCIA, “Comentários ao Código de Processo Penal”, vol. III/7, item n. 1, 1945, Forense). Por esse motivo, a prisão cautelar que não envolve antecipação satisfativa da pretensão executória do Estado mostra-se compatível com a presunção constitucional de inocência. (HC/MC - 179.561/SP Rel. Min. Celso de Mello Julg. 18/12/2019).

A necessidade e a adequação, subprincípios do Princípio da Proporcionalidade, formam o primeiro degrau de exigências que o magistrado deve atentar para impor a prisão.

Neste ponto, é de se ressaltar que eventual primariedade, trabalho lícito e residência fixa não são suficientes para infirmar a necessidade da decretação da custódia preventiva. Deve-se relevar, sobremaneira, as circunstâncias do crime e suas consequências, elementos valiosos para a imposição da medida de exceção, pois que informadores da personalidade do agente dotada de potencialidade perigosa.

O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou a respeito do tema:

Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia processual, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema.(STJ 6ª Turma - HC nº 621.255 - Rel. Min. Laurita Vaz V. U. - DJe 02.03.2021).

Forçoso admitir que Germano foi preso por situação que faz presumir ser o autor do crime de roubo, tendo confessado a prática criminosa em ainda duas oportunidades anteriores (fls. 10/11 dos autos de origem), justificando a necessidade da custódia preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, por conveniência da instrução criminal e até para garantir a ordem pública.

Outrossim, a pena privativa de liberdade máxima atrelada ao crime imputado ao paciente é superior a 4 (quatro) anos, o que permite a decretação da prisão preventiva, consoante preconiza o inc. I do art. 313 do Código de Processo Penal.

Assim, verifica-se, ao menos por ora, prova da materialidade e indícios suficientes de autoria a justificar a manutenção do paciente na prisão.

[...]

Quanto à alegação de falta de fundamentação na decisão que decretou a prisão preventiva, também não merece acolhida.

A motivação das decisões judiciais deflui dos princípios do contraditório e da ampla defesa e é considerada adequada mesmo quando o despacho judicial seja sucinto, mas desde que atenda aos pressupostos legais.

Assim, a decisão que decreta ou mantém a custódia não necessita discorrer sobre minúcias típicas do mérito da ação penal, pois, ainda que fundamentada de forma concisa, o exame da necessidade da segregação é feito em análise ao caso concreto.

Na espécie, a decisão vergastada apresenta-se devidamente fundamentada e atende ao quanto exigido pelo art. 93, inc. IX, da Constituição Federal.

O juízo de origem consignou a presença de indícios de autoria e prova da materialidade do crime, ressaltando a insuficiência e inadequação, para garantia da ordem pública, da liberdade provisória e das medidas cautelares diversas da prisão, considerando-se as circunstâncias do fato, em especial as declarações da vítima que referiu, o que o próprio réu confessa, ser o terceiro roubo perpetrado pelo paciente no local. Assim, bem demonstrou a magistrada de piso os elementos de convicção que motivaram a medida de exceção.

A esse respeito:

[...]

Ademais, antecipações no tocante à pena a ser

aplicada, ao regime a ser imposto, ou ainda, a concessão de outras benesses em caso de eventual condenação, não passam de meras conjecturas, vedadas por via do writ, assim como ferem o princípio constitucional do juiz natural, quando utilizados para justificar a soltura.

Nesse sentido:

[...]

Portanto, correta a manutenção da custódia; os requisitos da prisão preventiva estão presentes e a segregação significa a salvaguarda da ordem pública, razão pela qual não há se falar, neste momento, em liberdade provisória, ainda que com aplicação das medidas cautelares diversas.

Em conclusão, não se vislumbra qualquer ilegalidade ou constrangimento no ato da MMª. Juíza de Direito Luciana Conti Puia Todorov, do Plantão Judiciário da Comarca de São José de Rio Preto SP.

Ante o exposto, DENEGA-SE A ORDEM.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência